

## **A velhice em uma vila de São Paulo/ Brasil, 1820-1836.**

### **RESUMO**

Dentre as fases da vida, a velhice ainda é pouco tratada pela história social, econômica e demográfica. A bibliografia coeva destaca que o aumento da expectativa de vida e a queda do número médio de filhos por mulher vivenciadas pelos países nas últimas décadas são fatores determinantes para o envelhecimento populacional. O cenário demográfico do século XXI será pautado pelo processo de envelhecimento de parcela significativa da população mundial, colocando novos desafios para a sociedade e os governos em um regime demográfico de baixa mortalidade e de baixa fecundidade. O regime demográfico de alta mortalidade e de alta fecundidade que vigorou no passado brasileiro (e de outros países) foi responsável por uma população marcadamente jovem, composta maciçamente por crianças e adultos jovens. Apesar disso, a experiência da velhice fez parte do ciclo de vida de inúmeros indivíduos em diferentes contextos sociais e econômicos. A partir de fonte largamente empregada pela Demografia Histórica - as listas nominativas de habitantes - e tendo como recorte as pessoas com 50 anos ou mais, o trabalho pretende ampliar o conhecimento sociodemográfico da população mais envelhecida através da caracterização de sua condição jurídica (livre e escrava), idade e sexo, estado conjugal, cor/etnia, naturalidade, composição domiciliar, arranjos familiares e ocupação. Entre outras questões, buscamos responder: chegar à velhice era uma prerrogativa dos mais abastados? Com quem viviam? Em que trabalhavam?

### **Introdução: os velhos (as) como novos sujeitos históricos?**

A produção historiográfica notadamente após a escola dos *Annales*<sup>1</sup> ampliou a percepção do homem sobre o seu caráter histórico e sua historicidade, ou seja, a capacidade de posicionar as ações humanas em perspectiva temporal e espacial. Para o historiador a reflexão crítica do presente passou a ser elaborada por intermédio do passado compreendido como processo histórico. Contudo, conforme Marc Bloch<sup>2</sup>, os questionamentos e a delimitação dos objetivos pretéritos a serem elucidados dependem diretamente dos problemas enfrentados pelo pesquisador no momento em que vive, no presente, ou ainda, conforme Febvre “*a história é filha do seu tempo*”. Noutros termos:

---

<sup>1</sup> BURKE, Peter. *A escola dos Annales, 1929-1989*. A revolução francesa da historiografia. Trad. Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

<sup>2</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

O conhecimento do passado consistirá, então, em sua interpretação e organização a partir de problemas e através de conceitos. O resultado final é um passado que o presente tem necessidade de conhecer. O tempo reconstruído da história-conhecimento está, e isto é explicitado, a serviço do presente”<sup>3</sup>. Sobre a questão Braudel afirma objetivamente: “A história (...) jamais em seu ser e em suas mudanças, deixou ela de depender de condições sociais concretas<sup>4</sup>.

Isso tudo conjugado com os posicionamentos da terceira geração do Annales, como a ampliação da quantidade de objetos de estudo e os vínculos cada vez mais estreitos com as Ciências Sociais<sup>5</sup>, paralelamente aos trabalhos de Louis Henry e seus seguidores que deu grande impulso para a demografia histórica, foi possível estabelecer recortes bem definidos como as pesquisas sobre a velhice, no decorrer do tempo e na dimensão conjuntural.<sup>6</sup> Sabendo-se, pelo exposto, que a escolha dos temas não se faz de forma aleatória, ou seja, as diversas questões populacionais recentes – para citar algumas, a transição demográfica, as relações de dependência entre gerações, o envelhecimento populacional, a previdência social e políticas públicas – remetem os pesquisadores à questão do envelhecimento populacional e seus impactos. No Brasil, a questão da velhice no que tange à demografia histórica, tem tido avanços, porém, recentemente torna-se cada vez mais foco de interesse dos pesquisadores<sup>7</sup>.

Os caminhos da demografia histórica tem sido, na maioria dos casos, percorridos através de pesquisa de cunho regional<sup>8</sup>. Sem perder o diálogo com as macroabordagens ou grandes sínteses, os trabalhos regionais vem confirmando, questionando ou confrontando abordagens “verdades” pretéritas, e em alguns temas esboça novas sínteses decorrentes da soma da nova massa crítica produzida<sup>9</sup>. Delimitar os espaços de forma

---

<sup>3</sup> REIS, José Carlos. *Nouvelle histoire e o tempo histórico*. A contribuição de Febvre, Bloch e Braudel. São Paulo: Ática, 1994. p.35.

<sup>4</sup> BRAUDEL, Fernand. As responsabilidades da história. *Revista de História*, n.10, v.4, ano 3, abr./jun. P. 257-273, 1952. p.257.

<sup>5</sup> NOVAIS, Fernando Antônio; SILVA, Rogério Forastieri da. Introdução: para a historiografia da Nova História. In: \_\_\_\_\_ (orgs.). *Nova História em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011. p.7-70.

<sup>6</sup> NADALIN, Sérgio Odilon. *História e demografia: elementos para um diálogo*. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais-ABEP, 2004.

<sup>7</sup> Para exemplificar: BERQUÓ, Elza; BAENINGER, Rosana. Os idosos no Brasil: considerações demográficas. *Textos Nepo*, Campinas, n.37, out., 2000. MOTTA, Alda Brito da. Elas começam a aparecer. In PINSKY, C. B. e PEDRO, J. M. (Org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 84-104. BARROS, Rodrigo Heleno de; GOMES JÚNIOR, Edmundo de Paula. Por uma história do velho ou do envelhecimento no Brasil. *CES Revista*, Juíz de Fora, v.27, n.1, p.75-92, jan./dez, 2013.

<sup>8</sup> A exemplo de estudos notáveis como: LADURIE, Emmanuel Le Roy. *Os camponeses de Languedoc*. Lisboa: Estampa, 1997.

<sup>9</sup> Cabe citar: MOTTA, José Flávio; COSTA, Iraci Del Nero. Demografia histórica: da sementeira à colheita. *Revista brasileira de estudos populacionais*, v.14, n.1-2, p.151-158, 1997. BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; SCOTT, Ana Silvia Volpi; BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo. Quarenta anos de demografia histórica. *Revista brasileira de estudos populacionais*, v.22, n.2, p.339-350, jul./dez, 2005. SCOTT, Ana Silvia. As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n.51, p.13-29, jul./dez, 2009.

refletida para a produção da pesquisa leva em conta muitos aspectos, entre eles, “à história local e regional importa (também) a apreensão do ‘tempo dos lugares’ o tempo realmente vivido por cada localidade composto por um amálgama de experiências distintas (ou não) dos polos hegemônicos num mesmo momento histórico”<sup>10</sup>. Assim, é possível conhecer o ritmo das transformações e permanências nos diversos espaços.

Desde os tempos coloniais, a região delimitada neste estudo – nordeste paulista – era confluência de caminhos. O primeiro deles – *Estrada dos Goyazes* – partia da Vila de São Paulo em direção a Goiás e Mato Grosso, percorrendo o Sertão do rio Pardo<sup>11</sup>, região limítrofe com Minas Gerais<sup>12</sup>. O segundo originava-se de vários pontos do sul de Minas Gerais, notadamente de São José do Rio das Mortes, de onde “o desenvolvimento regional se direcionava, sobretudo, ao oeste, agregando terras férteis e campos abertos seguindo os trechos da antiga ‘Picada de Goiás’” (nome semelhante ao outro caminho)<sup>13</sup>, rumando a Jacuí, Sertão do Rio Pardo e também mais ao norte a Paracatu<sup>14</sup>.

A região situada entre os rios Grande e Sapucaí, com população esparsa até os finais do século XVIII, recebeu nas décadas iniciais do século XIX fluxo constante de migrantes oriundos especialmente de Minas Gerais<sup>15</sup>. Isso em decorrência da dinamização das atividades econômicas empreendida na Comarca do Rio das Mortes. O nordeste paulista, região da Vila Franca do Imperador tornou-se uma extensão vigorosa da economia de abastecimento interno do sul de Minas Gerais.

---

<sup>10</sup> BARBOSA, Agnaldo S. A propósito de um estatuto para a história regional e local: algumas reflexões. Disponível em: [www.franca.unesp.br/revistaelectronica/index.php](http://www.franca.unesp.br/revistaelectronica/index.php). Acesso em 03 ago. 2011.

<sup>11</sup> “As três grandes estradas que abertas na época colonial, ligavam a Capitania de São Paulo às regiões do Noroeste (Goiás, Mato Grosso), Leste (Minas Gerais) e Sul (Paraná, Rio Grande do Sul) passavam, respectivamente, a primeira por Campinas, Mojmirim, Sertão do Rio Pardo, a segunda pelo Vale do Paraíba e a terceira por Sorocaba”. PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1961. p.107-8.

<sup>12</sup> A região, posteriormente delimitada entre as capitanias e depois províncias de São Paulo e Minas Gerais, foi percorrida desde os tempos remotos da colonização, tanto que há anotações de 1664 de uma “entrada” comandada por Matias Cardoso de Almeida, oriundo da então Vila de São Paulo de Piratininga, na busca de índios, pedras preciosas e ocupação de territórios, embrenhado por essas terras do sertão. MATA-MACHADO, Bernardo. *História do sertão noroeste de Minas Gerais, 1690-1930*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

<sup>13</sup> MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. *Trabalho, família e escravidão: pequenos produtores de São José do Rio das Mortes, de fins do século XVIII a meados do XIX*. 2010. 153 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFMG, Belo Horizonte.

<sup>14</sup> FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e Vilas D’el Rei*. Espaço e poder nas Minas Setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

<sup>15</sup> CHIACHIRI FILHO, José. *Do Sertão do rio Pardo à Vila Franca do Imperador*. Ribeirão Preto: Ribeira, 1982. CUNHA, Máisa Faleiros. *Demografia e família escrava*. Franca-SP, século XIX. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2009. Tese (Doutorado em Demografia)- Universidade de Campinas, 2009.

Franca se tornou freguesia em 1805, Vila em 1824 e cidade em 1856. Localizada na região nordeste do atual estado de São Paulo, a economia da região se baseou na criação de animais e produção de mantimentos voltados ao abastecimento interno durante o período de nossa pesquisa. O fluxo de migrantes, oriundos principalmente de Minas Gerais, teve destacado papel no povoamento e ocupação do território nas primeiras décadas dos oitocentos. Em 1809, a população da Freguesia era de 1.279 habitantes, predominantemente paulistas. A partir de então, um grande fluxo migratório proveniente de Minas Gerais e também de outros locais de São Paulo alterou o volume e o perfil dessa população. Em 1820, a população total chegou a 2.966 habitantes, dos quais 994 escravos (33,5%).

Ampliar a fronteira em um momento de procura internacional pelos produtos coloniais foi a forma encontrada para garantir a produção em terras ainda escassamente povoadas e relativamente férteis<sup>16</sup>. Mesmo não estando diretamente inserida na agricultura de exportação, Franca apresentou uma economia relativamente dinâmica voltada para o abastecimento interno e a criação de animais, em um momento de expansão das *plantations* em terras paulistas.

A participação de migrantes de Minas Gerais como chefes de domicílios (homens e mulheres) demonstra o quão significativo foi o componente migratório na sociedade francana nas primeiras décadas do século XIX. Em 1836, a população total (livre e escrava) chegou a mais de 10.000 habitantes e de um total de 1.571 domicílios, 72,8% eram chefiados por uma pessoa nascida em Minas Gerais. A Lista Nominativa informa que 34,9% do total de habitantes livres eram oriundos de Minas Gerais e 36,2% já eram nascidos em São Paulo em 1836<sup>17</sup>.

Num primeiro momento, o fluxo de migrantes, oriundos principalmente de Minas Gerais, teve destacado papel na ocupação e povoamento do território. Com o arrefecimento da vinda de migrantes após 1850, as elevadas taxas de natalidade (já observadas desde meados da primeira metade dos oitocentos) garantiram o crescimento populacional<sup>18</sup>.

---

<sup>16</sup> LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

<sup>17</sup> CUNHA, Maísa Faleiros da. *Fogos e escravos da Franca do Imperador no século XIX*. Campinas, 2005. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. P. 109.

<sup>18</sup> CUNHA, Maísa Faleiros da. A dinâmica demográfica em Franca-SP, século XIX. *Ideias* - Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, v. 6, p.115-139, 2015.

## Contextualizando o processo de envelhecimento populacional

Ao discutir o envelhecimento é preciso diferenciar dois processos interrelacionados: o envelhecimento individual ou biológico e o demográfico. A respeito do primeiro, atenta-se sobre as mudanças em relação ao curso de vida nas sociedades ocidentais.

Segundo a antropóloga Guita Debert, pode-se considerar que a história dessa civilização é marcada por três etapas sucessivas, em que a percepção em relação à idade cronológica é radicalmente distinta: a pré-modernidade, em que a idade cronológica é menos relevante do que o *status* da família na determinação do grau de maturidade e do controle de recursos de poder; a modernidade, quando ocorreu uma cronologização da vida; e a pós-modernidade, que operaria uma desconstrução do curso da vida em nome de um estilo unietário<sup>19</sup>.

O envelhecimento de um ponto de vista demográfico compreende o crescimento da população considerada idosa de tal forma sustentada que amplia sua participação relativa no total da população. Mudanças demográficas como a queda da fecundidade e o aumento da expectativa de vida<sup>20</sup> vivenciadas pelos países desenvolvidos e em desenvolvimento (com diferentes ritmos e intensidades desde fins do século XIX para o primeiro grupo de países e 1940 para o segundo) foram responsáveis pelo aumento proporcional das pessoas com 60 anos (ou 65) e mais em suas populações<sup>21</sup>.

Como iremos trabalhar com a população livre e escrava em meados da primeira metade dos anos 1800, a idade de 60 (ou 65) nos parece demasiadamente alta, especialmente no tocante à população cativa<sup>22</sup>. José Flávio Motta justificou sua escolha ao considerar os escravos (as) com 50 anos e mais como velhos (as):

(...) entendemos que as idades de 60 ou 65 anos, explicitadas como parâmetros na Lei dos Sexagenários, são muito elevadas para servirem como limites inferiores da categoria de “escravos idosos” com a qual trabalhamos. (...) Mesmo correndo o risco de incorporar certa dose de arbitrariedade, as indicações selecionadas nortearam nossa opção pelo cômputo, como cativos idosos, daqueles com idades iguais ou superiores a 50 anos. Esse

---

<sup>19</sup> DEBERT, Guita G. A dissolução da vida adulta e a juventude como valor. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 49-70, jul./dez. 2010. p. 57-58.

<sup>20</sup> No Brasil, a taxa de fecundidade total (TFT) caiu de 6,2 filhos/mulher em 1960 para 1,9 em 2010. A expectativa de vida ao nascer aumentou de 45,5 anos (para ambos os sexos) em 1950 para 74,6 anos em 2012. Fonte: IBGE – Séries Históricas e Estatísticas do IBGE (dados até 2000); Censo Demográfico de 2010 e Tábua Completa de Mortalidade de 2012.

<sup>21</sup> O termo idoso foi criado na França em 1962. Nos países em desenvolvimento a população idosa é considerada a partir dos 60 ou 65 anos e, em países desenvolvidos, 65 anos.

<sup>22</sup> MELLO, Pedro Carvalho de. Estimativa da longevidade de escravos no Brasil na segunda metade do século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 151-179, jan./abr. 1983.

procedimento, de resto, parece coadunar-se com inferências extraídas da legislação e de anúncios de jornais da segunda metade do Oitocentos, reveladores dos interesses dos próprios escravistas<sup>23</sup>.

A questão da precisão da idade é um problema nos estudos de populações do passado. Os anos eram com frequência arredondados para números terminados em zero ou cinco, a idade não tinha utilidade prática ou uso corrente e era frequentemente ignorada pelas pessoas. Ainda assim, a idade delimitava os ritos religiosos - como se confessar a partir dos sete anos - e se casar - a partir de 14 anos para os homens e 12 anos para as mulheres. No aspecto legal, a maioridade civil e penal e a participação em eleições e ocupação de cargos políticos também estipularam parâmetros etários<sup>24</sup>.

Empregamos a idade de 50 anos como limite inferior para delimitar o início da velhice no passado. Portanto, pessoas com 50 anos e mais são o objeto de análise deste trabalho. Consideramos que esse recorte etário nos permite realizar uma caracterização aproximada do que consideramos ser a última fase do ciclo vital.

Nossa análise utilizará como fontes as Listas Nominativas de Habitantes de 1820 referente à freguesia de Franca e 1835-1836 referente à Vila Franca do Imperador (Província de São Paulo). O universo populacional aqui analisado compreende 3.007 moradores na freguesia de Franca em 1820 e, 10.374, em 1836.

O ano de 1836 traz a última listagem nominativa com os moradores dos fogos (domicílios) das vilas paulistas<sup>25</sup>. É possível identificar o sexo, idade, condição social, cor/raça, estado conjugal, província de origem, ocupação, sabe ler e escrever e relação com o chefe do domicílio [esposa, filho (as), escravo (a), agregado (a), etc.]. Após esta data não encontramos mais fontes dessa natureza. Infelizmente, os dados do Recenseamento Geral do Império de 1872 são agregados e não nos permitem identificar os domicílios.

### **Caracterização sociodemográfica da velhice em Franca-SP**

---

<sup>23</sup> MOTTA, José Flávio. O tráfico de escravos velhos (Província de São Paulo, 1861-1887). *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 52, p. 41-73, jan./jun. 2010. P. 49.

<sup>24</sup> GHIRARDI, M. Mónica. Las edades de la vida. Niños y ancianos de Córdoba a comienzos del siglo XIX. In COLANTONIO, Sonia E. *Población y sociedad en tiempos de lucha por la emancipación*. Córdoba, Argentina, em 1813. Editora, Córdoba, Centro de Estudios de Cultura y Sociedad (CIECS) (CONICET-UNC), cap. 5. p. 341-457. P. 7-8.

<sup>25</sup> Ver obra de referência sobre os censos nominativos paulistas: MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 2000.

Ao utilizarmos as Listas Nominativas de Habitantes de 1820 e 1836<sup>26</sup>, estamos cientes que nossa análise é como uma “fotografia” da população em dois momentos específicos do tempo. Diante da lacuna de estudos que tratem da população envelhecida no passado, consideramos nosso esforço uma tentativa válida de se conhecer mais a fundo esse grupo populacional.

Nosso estudo irá focalizar as pessoas com 50 anos e mais livres e escravas no tocante à idade e sexo, estado conjugal, cor/etnia, naturalidade, composição domiciliar, arranjos familiares e ocupação. A composição do domicílio e seus possíveis arranjos (domésticos e familiares) será estudada apenas para a população livre (fogos com escravos e sem escravos) uma vez que as listas não informam o parentesco cativo.

Em uma sociedade escravista, torna-se oportuno distinguir os domicílios em dois grandes grupos: com escravos e sem escravos. A presença do escravo (a) (ou não) tem uma série de implicações sociais e econômicas. Além de indicar um domicílio provavelmente mais abastado, a introdução do trabalho cativo ampliou a produção de mantimentos do domicílio, certamente amenizou a labuta diária para os livres que habitavam o fogo<sup>27</sup> e conferiu *status* social aos seus proprietários (as).

O domicílio (ou fogo, como chamado pelas fontes do período) deve ser entendido como a unidade doméstica de produção e consumo que abrigava a unidade primária da sociedade: a família e seus dependentes (aparentados ou não). No período colonial e século XIX, a unidade doméstica não é sinônimo de família. Viver sob o mesmo teto envolvia além de relações de parentesco, laços de dependência e subordinação que não necessariamente incorporavam a parentela.

As diferentes fases do ciclo de vida dos indivíduos influenciam na composição familiar e doméstica, assim como a presença ou não de escravos (as). Em 1820, de 379 domicílios listados, 160 (42,2%) contavam com mão de obra escrava. Do total de 1.571 domicílios em 1836, 40,1% contavam com escravos, ou seja, 630.

Franca passa por um vigoroso crescimento demográfico, mais do que triplicando sua população em apenas 15 anos (3.007 pessoas para 10.370). A migração de moradores

---

<sup>26</sup> A confecção do banco de dados com informações referentes à lista nominativa de 1820 encontra-se em fase de conclusão. Nosso objetivo é o de verificar as diferenças e semelhanças da estrutura e composição da população em momentos distintos de ocupação do território.

<sup>27</sup> “A evolução das safras em geral era diferenciada caso houvesse ou não escravos na força de trabalho dos domicílios observados. O milho era o produto mais sensível à introdução do escravo no conjunto da mão de obra doméstica tendo sua safra média ampliada em cerca de 50%” In: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001. p. 151.

de Minas Gerais é o principal componente do aumento populacional, refletido no acréscimo do número de fogos.

Na segunda década do século XIX, 8,35% (251) dos moradores da freguesia de Franca tinham 50 anos ou mais. Dentre os livres, 8,6% (174 de um total de 2.013) eram velhos e, dentre os escravizados, 7,7% (77 de um total de 994).

Cerca de dois terços da população era livre e um terço escrava nos respectivos anos. As pessoas com 50 anos ou mais representaram 7,6% do total de habitantes da Vila Franca em 1836 (7.009 livres e 3.365 escravos). A população anciã livre contava com 580 pessoas e a cativa 206 pessoas, ou seja, 8,3% e 6,1% de cada segmento, respectivamente.

A proporção de homens livres velhos chegou a 59,5% e entre os escravizados, 68,8% em 1820. Dezesseis anos depois, 63,2% dos anciãos eram homens e entre o segmento cativo, 67,5%. Apesar de mais pronunciada entre os cativos velhos cuja razão de sexo chegou a 221 em 1820 e 207 em 1836, a presença de homens também foi elevada entre os livres anciãos (147 e 172, respectivamente).

Em relação à idade média da população mais envelhecida, os livres apresentaram a média de 58,9 anos e os cativos, 58 anos em 1820. Em 1836, 59,2 anos para os livres e 56,9 para os cativos (de ambos os sexos). Dentre os grupos considerados, o segmento cativo era o que apresentava idade média mais baixa. Podemos considerar esses resultados como indicativo de que a maior longevidade estava atrelada às melhores condições econômicas e sociais.

Chegar aos 50 anos não era a regra para boa parte da população. Diante das condições de vida e de trabalho, nos questionamos se a idade dos mais velhos não teria sido inflacionada pelos recenseadores. Assim, alguém na faixa dos 40 anos seria indicado como tendo 50 e no outro extremo, pessoas com idades superiores aos 70 anos aparecem com mais idade, ultrapassando até mesmo os 100 anos.

A viúva Germana Perpétua de Jesus de 77 anos vivia junto de seus dois filhos solteiros Januário e Bernardino (respectivamente 31 e 28 anos) e de seus três escravos africanos: Sebastião então com 101 anos, João com 80 e José com 21 anos. Se a idade de Germana estiver correta, ela foi mãe de Bernardino aos 49 anos (!) e seus escravos apresentaram uma longevidade bastante elevada, o que parece pouco provável, porém possível. (Im)precisões à parte, Germana, Sebastião e João certamente ultrapassaram a

barreira dos 50, restrita a poucos<sup>28</sup>. A ausência de referências temporais em relação ao nascimento (especialmente entre os africanos) deve ter inflado as idades daqueles que conseguiram chegar às idades mais avançadas (acima de 70 anos).

Vejamos o estado conjugal das pessoas mais velhas. A questão de gênero é essencial para se pensar as vivências e sociabilidades dos velhos do passado.

Praticamente não há diferenças significativas entre as proporções de homens casados com 49 anos e mais: 83,5% em 1820 e 84,1% em 1836; viúvos: 7,8% e 9,8%; solteiros: 8,7% e 5,5%, respectivamente. Já entre as mulheres, as casadas eram 58,6% em 1820 e 55,4% em 1836. A viuvez entre os anciãos predominou entre as mulheres livres, com 28,6% em 1820 e 35,9% em 1836. As viúvas eram mais representativas entre as escravistas do que entre as não escravistas, ou melhor, as mulheres viúvas estavam mais presentes proporcionalmente em fogos com escravos do que em fogos sem escravos.

A principal diferença se deu entre as mulheres livres solteiras e com mais de 49 anos: 12,9% para a primeira data e 8,7% em 1836. Chama a atenção a disparidade, por exemplo, de mulheres solteiras em fogos sem escravos (4,5%) e em fogos com escravos (12,9%) em 1836. O celibato definitivo (pessoas com mais de 50 anos que nunca se casaram) foi mais presente no segmento livre feminino do que entre os homens de mesma condição social.

Ao contrário da população livre, os sujeitos escravizados tiveram acesso restrito ao casamento. Para o ano de 1820, 37,7% dos cativos homens estavam casados, 60,4% solteiros e 1,9% viúvos. Entre o segmento feminino, as mulheres casadas chegaram a 33,3% do total de anciãs e 66,7% permaneciam solteiras. As disparidades numéricas são gritantes, 20 homens casados e apenas 8 mulheres. Isso se deve porque os homens provavelmente estavam casados com mulheres mais jovens. Ainda que o número de viúvas possa estar subestimado, é fato que as vivências familiares se alteram ao longo da vida dos indivíduos. Quando consideramos a população escrava adulta, via de regra, as mulheres apresentam proporções de casadas mais elevadas do que os homens, mas entre os velhos, isso não se repete.

Como podemos ver, em 1836, cerca de 70% dos cativos e 60% das anciãs foram listados como solteiros/as e apenas 28,1% e 26,9% eram casados (as), respectivamente. Assim como na população livre, encontramos mais cativas viúvas do que cativos: 6,0%

---

<sup>28</sup> Não localizamos registros de óbitos de escravos pertencentes a Germana Pérpetua de Jesus para conferir as idades.

*versus* 2,2%. Para os demais casos não foi anotada a informação (0,7% dos homens e 7,5% das mulheres).

As condições do cativo (tais como o tamanho das escravarias, a razão de sexo desequilibrada e a vontade do senhor, dentre outras) influenciaram a constituição da família escrava. Pensar a escravidão é, antes de tudo, considerar a violência inerente a este sistema de produção. Afinal, o escravo estava na condição de mercadoria e poderia ser vendido a qualquer momento. Por outro lado, em sua condição humana, tinha vontades próprias e estratégias para realizá-las, embora nem sempre se concretizassem. Apesar dessas dificuldades inerentes ao cativo, a família escrava se fez presente, ainda que o casamento formal não tenha sido uma prerrogativa para a formação de casais e o nascimento de crianças<sup>29</sup>.

Devemos lembrar que na sociedade luso-brasileira, ser celibatário (a) não implica a inexistência de filhos ilegítimos como na Europa Ocidental. Esta afirmação é válida para os segmentos livre e escravo. Muitas mulheres solteiras geraram prole de uniões esporádicas ou duradouras não legalizadas. Este parece ter sido o caso da parda Genoveva, que sequer teve arrolado com sobrenome. Genoveva era uma mulher livre, solteira, natural de Minas Gerais e com 50 anos em 1835. Vivia junto de sua filha Joaquina parda, livre, natural de Franca e de 10 anos de idade. Mãe e filha habitavam o fogo 23 do segundo distrito de Chapadão. Não foram listadas outras pessoas no fogo.

A presença mais representativa de mulheres casadas ou viúvas entre as mais velhas e moradoras de domicílios escravistas indica que o casamento religioso estava fortemente presente em famílias com bens a serem herdados.

A população com 50 anos e mais era majoritariamente branca, especialmente entre os escravistas. Em 1820, 88,1% dos senhores de escravos de ambos os sexos eram brancos e 11,9% pardos. No total, os homens brancos sobrepujaram as mulheres dentre os mais velhos: 62,1% e 58,6%, respectivamente. As mulheres negras livres chegaram a 8,6% das idosas, ao passo que os homens, 1,9%. E dentre os pardos, 35,9% eram homens e 32,9%, mulheres. Não sabemos o peso da origem indígena dentre os habitantes da região, mas acreditamos que muitos pardos são paulistas e moradores mais antigos desse território, em que a presença africana passa a ser mais significativa com a vinda dos escravos concomitante à chegada dos migrantes mineiros.

---

<sup>29</sup> CUNHA, Máisa Faleiros. *Demografia e família escrava*. Franca-SP, século XIX. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2009. Tese (Doutorado em Demografia)- Universidade de Campinas, 2009.

Em 1836, os velhos arrolados como de cor branca (de ambos os sexos) chegaram a 87% do total de moradores livres dos fogos com escravos, seguidos dos pardos (9,7%), 2,0% crioulos, 0,7% pretos e 0,7% sem informação. Os valores segundo sexo não se mostraram distintos. Nos domicílios sem escravos, os brancos velhos chegaram a 50,5% (resultado semelhante para homens e mulheres), 35,1% pardos (37,1% e 31,7% respectivamente), 7,9% pretos (7,3% homens e 8,9% mulheres). Os crioulos e mulatos eram cerca de 2% (totalizando 4,3%), assim como os sem informação (2,5%).

É possível conjecturar que a velhice em fogos escravistas abarcava uma elite local que reproduzia as relações de dominação patriarcal e o modelo familiar difundido pela Igreja e reforçado pelo Estado: homens brancos, cabeças de domicílio, casados/viúvos (ou seja, tiveram um casamento perante a Igreja), proprietários de terras e escravos.

Em relação aos velhos e velhas escravizados no ano de 1820, os 53 cativos com mais de 49 anos foram listados como “negros” e dentre as mulheres, 20 como “negras” e 04 como pardas. Se a cor não nos diz muito a respeito da origem dos cativos, vejamos o que as fontes nos informam. Os homens cativos de origem africana que tinham 50 anos se mais em 1820 chegaram a 77,4% e, as mulheres, 46%. No total da população cativa, um terço era de origem africana, tanto em 1820 como em 1836.

Em 1836, 70,4% eram pretos (74,1% homens e 62,7% mulheres), 20,4% crioulos (19,4% e 22,4%, respectivamente) e 7,8% pardos (5,8% e 11,9%, respectivamente). Os demais não tiveram sua cor designada.

O mesmo não se dava entre os homens e mulheres que alcançaram a velhice e viviam nos fogos sem escravos: uma população mais mestiça, as ocupações a que se dedicavam eram pouco rentáveis ou socialmente desprestigiadas e a contavam com a maior presença de mulheres velhas solteiras.

A ocupação das mulheres é praticamente ignorada pelos recenseadores responsáveis pela listagem dos habitantes. Apesar da invisibilidade de suas atividades, é importante ressaltar que isto não significou que as mulheres não exercessem atividades não exercessem atividades com alguma rentabilidade. Os afazeres domésticos não são contabilizados como trabalho produtivo até os dias atuais, apesar de ser parte essencial de reprodução e manutenção da vida.

Segundo a Lista de 1820, 77,1% das mulheres mais velhas não tiveram informação sobre sua ocupação, 5,7% foram indicadas como criadoras, 4,3% agricultoras, 1,4% (ou uma) que vivia de seus jornais. Havia ainda a indicação de “pobre” para 11,4% das mulheres.

Para os homens, 10,7% não apresentam informação, 65% aparecem como agricultor ou criador/agricultor, há também a indicação de “pobre” (7,8%), “novo entrante” (2,9%), jornaleiro (2,9%), carpinteiro (2,9%), negociante (1,9%), mineiro (1%), sapateiro (1%), alfaiate (1%), pedreiro (1%) etc.

Em 1836, nos domicílios com escravos, cerca de um quarto (24,1%) das livres com mais de 49 anos se dedicavam à lavoura e 65,2% não tiveram qualquer menção à sua ocupação. Apenas uma mulher foi designada como fazendeira, assim como uma costureira e uma fiandeira foram casos unitários. As agências ou *vive de seu trabalho* apareceram como ocupação das mulheres em quatro ocorrências.

Entre os homens livres e velhos escravistas, 68,6% eram *lavradores* (que aqui engloba uma variedade de designações: fazendeiros, engenheiro e lavrador, lavrador e criador, major e lavrador, roceiro, etc.) e 7,4% não tiveram qualquer menção à atividade. Temos também advogados, carpinteiro, clérigos, coletor, ferreiros, jornaleiros, marceneiro, músico, pedreiro, porteiro da Câmara, negociantes, sapateiro, fábrica de telhas. Podemos notar que as atividades de maior rentabilidade na economia local (fazendeiro, negociante, engenheiro, criador) e de prestígio social (advogado, funcionário público, clérigo) foram designadas para os homens velhos, o que certamente lhes garantiu uma posição diferenciada na sociedade francana.

Nos domicílios sem escravos, as 85,1% mulheres velhas não foram arroladas em qualquer tipo de ocupação, já para os homens de mesma faixa etária esse valor cai para 27,1%. Enquanto 59% destes foram descritos como lavradores, apenas 9,6% das mulheres receberam a mesma designação. As atividades das mulheres eram restritas a fiar (apenas uma), viver de agências ou *viver de seu trabalho* (termo que não foi usado para homens). Já para os homens temos alfaiate, carpinteiro, jornaleiro, sapateiro, pedreiro, ferreiro, meirinho, músico, seleiro, dono de taberna, escrivão, vive de agências, etc.

A descrição das atividades em que se empregavam os velhos e velhas indicam que muitos participaram ativamente das atividades econômicas, apesar do leque de atuação muito mais restrito para as mulheres do que para os homens. Não deve ter sido fácil para uma mulher viver de seu trabalho em uma economia predominantemente rural e distante de áreas urbanas importantes. Em relação aos escravos, a ocupação não foi informada.

A Vila Franca recebeu um número significativo de migrantes em princípios do século XIX. Encontrar-se em idade mais avançada não impossibilitou a migração. Ainda que minoritários, homens *das Gerais* com mais de 50 anos rumaram para Franca, como é o caso de Jose Luis Henriques de 57 anos e listado como chefe de domicílio e *novo*

*entrante* em 1820. Ainda que não saibamos a idade com que migraram para Franca, a naturalidade dos homens chefes de domicílio com mais de 50 anos em 1820 informa que 75,7% deles eram naturais *das Gerais*. Dentre as mulheres, 95,7% não apresentam informação.

Por ser uma área de desbravamento relativamente recente, Franca atraiu mais homens do que mulheres no processo de povoamento, o que acabou por acentuar a importância masculina. Para o cativo, a preferência por homens foi a regra no sistema escravista, especialmente em áreas com maior rentabilidade econômica. Por outro lado, a participação dos homens velhos pode indicar índices de mortalidade mais elevados entre as mulheres, especialmente durante a fase reprodutiva.

Em 1836, os livres eram majoritariamente oriundos da vizinha Província de Minas Gerais. Nos fogos com escravos, eles chegaram a 77,7% das pessoas (233 de ambos os sexos) com mais de 49 anos, seguidos dos naturais de São Paulo com apenas 7,3% (22). Os valores proporcionais pouco variaram para homens e mulheres. Quando olhamos os europeus (vindos de Portugal, Ilhas e Castela), os homens se sobressaíram (11), com apenas uma mulher natural das Ilhas (não sabemos se da Madeira ou Açores). Temos apenas um nativo da África, nove velhos e cinco velhas como naturais do “Brasil”.

Cerca de 73% dos livres (204 pessoas de ambos os sexos) com mais de 49 anos e moradores de domicílios sem escravos eram oriundos de Minas Gerais. Os naturais de São Paulo eram apenas 12,9% (36, com destaque para as mulheres), os naturais da África 3,6% (10, dos quais oito homens). Temos apenas dois homens europeus e nove indicados como do “Brasil”, ao passo que não temos europeias e quatro mulheres foram consideradas naturais do “Brasil”.

A população escrava com mais de 49 anos apresentava número significativo de pessoas oriundas da África: 50,4% entre os homens e 40,3% entre as mulheres. Em seguida, aqueles naturais da Província de Minas Gerais responderam por 24,5% do segmento masculino e 28,4% do feminino, os crioulos (só houve a menção a ser nascido no Brasil ou crioulo) eram 17,3% e 19,4%, respectivamente. Os escravos nascidos em São Paulo foram pouco representativos, apenas 4,3% entre os homens e 9% entre as mulheres<sup>30</sup>.

A naturalidade da população escrava anciã nos informa que muitos cativos acompanharam seus proprietários de Minas Gerais em direção ao nordeste de São Paulo,

---

<sup>30</sup> 3,6% dos homens e 3,0% das mulheres em condição cativa não tiveram a naturalidade informada.

sejam esses provenientes da África ou de Minas Gerais. Acreditamos que uma boa parte dos “crioulos” também tenham nascido em Minas Gerais, uma vez que a migração de cativos de outras províncias ainda era pouco significativa em meados de 1830. Já para São Paulo, até a chegada dos migrantes mineiros e a efetiva ocupação do território de Franca, poucos escravos africanos viviam nessa região.

Vistas as características demográficas, voltamos nossa atenção para a composição dos domicílios e os arranjos familiares em que estavam inseridas as pessoas com 50 anos e mais. Primeiramente, é preciso identificar a posição dessas pessoas nos domicílios.

Como era de se esperar, em 1820, nos domicílios com escravos, 89,3% dos chefes eram homens, ao passo que naqueles sem escravos, 81,5%. A maioria das mulheres anciãs aparecem como parentes do chefe nos domicílios com escravos (96,4%) e apenas 3,6% dos homens estavam nessa mesma categoria. Havia apenas mulheres como parentes do chefe em domicílios sem escravos e nenhum homem. Os idosos acabaram por ocupar importante papel como agregados nos domicílios, tanto naqueles com escravos e mesmo nos sem escravos. Do total de idosos, 7,8% dos homens foram listados como agregados e dentre as mulheres, 21,4%.

Os homens anciãos eram em sua maioria chefes do fogo em 1836 (96,3% em domicílios com escravos e 97,2% sem escravos), em seguida, temos a participação das mulheres, majoritariamente esposas (54,5% e 52% respectivamente). Como chefes, as mulheres estiveram presentes em 39% dos domicílios (os valores foram praticamente iguais para fogos com e sem escravos).

Poucas pessoas viveram em outros arranjos. Por exemplo, entre os homens com 50 anos e mais e moradores em fogos com escravos temos os agregados como o segundo grupo mais representativo, mas apenas três homens (1,6%) se encontravam nessa categoria. Além desses, encontramos um enteado, um pai do chefe e um indivíduo em que a relação com o chefe não foi explicitada.

Nos domicílios sem escravos, a situação foi semelhante e ainda menos diversa. Os homens mais velhos foram listados (além de chefe), como agregados (apenas dois ou 1,6%), sogro do chefe (um caso) e indivíduo sem relação informada (um caso).

Para as mulheres, as relações de parentesco e de dependência com o chefe se ampliam em comparação com os homens, mas mesmo assim, com muitos casos unitários. Os domicílios com escravos abrigavam as chefes (em geral viúvas), as esposas, mas também uma filha do chefe, duas irmãs, duas agregadas (1,8%), uma fâmula e uma mulher sem relação explicitada com o chefe.

**Tabela 1 – Composição dos domicílios e a população livre com 50 anos e mais segundo sexo. Freguesia de Franca, 1820.**

Domicílio	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
C	7	6,8	5	7,1	12	6,9
C+A	2	1,9	1	1,4	3	1,7
C+A+E	3	2,9	1	1,4	4	2,3
C+E	4	3,9	4	5,7	8	4,6
C+F	27	26,2	6	8,6	33	19,1
C+F+A	1	1,0	1	1,4	2	1,2
C+F+A+E	14	13,6	11	15,7	25	14,5
C+F+E	28	27,2	13	18,6	41	23,7
CH	3	2,9	1	1,4	4	2,3
CH+A	4	3,9	4	5,7	8	4,6
CH+A+E	1	1,0	7	10,0	8	4,6
CH+E	1	1,0	0	0,0	1	0,6
CH+F	3	2,9	5	7,1	8	4,6
CH+F+A	0	0,0	6	8,6	6	3,5
CH+F+A+E	0	0,0	2	2,9	2	1,2
CH+F+E	5	4,9	3	4,3	8	4,6
<b>Total</b>	<b>103</b>	<b>100,0</b>	<b>70</b>	<b>100,0</b>	<b>173</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes. C = Casal (chefe + cônjuge), E = Escravo (a) CH = Chefe, F = Filho (a) do chefe, PA = Parente do chefe, I = Indivíduo sem relação explícita de parentesco com o chefe, A = Agregado/camarada. Falta uma pessoa sem informação do sexo em um domicílio composto por C+A+E.

**Tabela 2 – Composição dos domicílios e a população livre com 50 anos e mais segundo sexo. Vila Franca do Imperador, 1836.**

Domicílio	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
C	32	8,7	22	10,3	54	9,3
C+E	30	8,2	21	9,9	51	8,8
C+F	108	29,4	27	12,7	135	23,3
C+F+E	90	24,5	30	14,1	120	20,7
C+F+PA+E	1	0,3	0	0,0	1	0,2
C+F+PA+A+E	1	0,3	1	0,5	2	0,3
C+F+PA	1	0,3	0	0,0	1	0,2
C+F+PA+I	1	0,3	0	0,0	1	0,2
C+I+E	17	4,6	6	2,8	23	4,0
C+A+E	3	0,8	2	0,9	5	0,9
C+PA+E	1	0,3	0	0,0	1	0,2
C+PA	1	0,3	1	0,5	2	0,3
C+I	5	1,4	2	0,9	7	1,2
C+A	2	0,5	0	0,0	2	0,3
C+F+A	3	0,8	5	2,3	8	1,4
CH	5	1,4	9	4,2	14	2,4
CH+F	7	1,9	18	8,5	25	4,3
CH+E	13	3,5	16	7,5	29	5,0
CH+F+PA	0	0,0	1	0,5	1	0,2
CH+F+E	11	3,0	18	8,5	29	5,0
CH+F+PA+E	1	0,3	2	0,9	3	0,5
CH+F+A+E	1	0,3	4	1,9	5	0,9
CH+F+I+E	1	0,3	0	0,0	1	0,2
CH+I+E	4	1,1	4	1,9	8	1,4
CH+PA+E	1	0,3	1	0,5	2	0,3
CH+A+E	5	1,4	1	0,5	6	1,0
CH+I+A+E	0	0,0	2	0,9	2	0,3
C+F+A+E	7	1,9	4	1,9	11	1,9
C+F+I+E	1	0,3	0	0,0	1	0,2
CH+PA	0	0,0	3	1,4	3	0,5
CH+I	8	2,2	9	4,2	17	2,9
CH+A	4	1,1	2	0,9	6	1,0
CH+F+A	2	0,5	2	0,9	4	0,7
<b>Total</b>	<b>367</b>	<b>100,0</b>	<b>213</b>	<b>100,0</b>	<b>580</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes. C = Casal (chefe + cônjuge), E = Escravo (a) CH = Chefe, F = Filho (a) do chefe, PA = Parente do chefe, I = Indivíduo sem relação explícita de parentesco com o chefe, A = Agregado/camarada.

Em 1836, dentre os fogos sem escravos, as agregadas (total de quatro ou 3,9%), duas fâmulas, uma irmã do chefe, uma mãe do chefe e uma mulher sem relação explicitada com o chefe tinham mais de 49 anos.

Como podemos notar, os domicílios com escravos apresentaram maior variedade de categorias, certamente por serem mais abastados tinham mais condições de abrigar outros moradores. Os agregados (as) (podem ser pessoas aparentadas ou não do chefe) somados aos fâmulos ultrapassaram a categoria de “parentes”. A relação de dependência das mulheres com 50 anos e mais é maior do que para os homens na mesma faixa etária nos dois períodos considerados.

Vista a posição das pessoas com 50 anos e mais nos domicílios, apresentamos a composição domiciliar e familiar dos fogos que contaram com a presença de velhos (as). Novamente, as informações se referem ao número de pessoas e não aos domicílios.

Boa parte dos homens e mulheres velhos eram chefes ou cônjuges e ainda estavam na companhia de alguns de seus filhos (as). As pessoas com 50 anos e mais estavam inseridas predominantemente em arranjos simples: casal com ou sem filhos, unitários ou um dos pais e filhos (as). Este último arranjo envolvia majoritariamente as mulheres e sua prole, tanto nos domicílios escravistas como naqueles sem cativos.

Outro aspecto que nos chamou a atenção, referem-se às mulheres velhas livres vivendo em domicílios unitários mais do que os homens de mesma condição. Ou eram as únicas pessoas do domicílio (domicílios sem escravos) ou estavam apenas na companhia de escravos (as) (eram as únicas pessoas livres do fogo). Isto se deu em virtude dessas mulheres serem em boa parte viúvas (o que indica o menor acesso ao recasamento) ou solteiras.

### **Considerações finais**

Chegar à velhice foi possível a uma parcela restrita de livres e, especialmente, de cativos. A presença africana entre os escravos velhos demonstra a força do tráfico transatlântico, que por três séculos alimentou os portos do Brasil e forneceu mão de obra escrava para as mais diversas e variadas atividades econômicas.

Se pudéssemos ter uma representação da velhice em Franca, teríamos um sujeito do sexo masculino. Neste aspecto, o passado destoa do presente.

Boa parte dos homens e mulheres velhos eram chefes ou cônjuges e ainda estavam na companhia de alguns de seus filhos (as). As pessoas com 50 anos e mais estavam

inseridas predominantemente em arranjos simples: casal com ou sem filhos, unitários ou um dos pais e filhos (as). Este último arranjo envolvia majoritariamente as mulheres e sua prole, tanto nos domicílios escravistas como naqueles sem cativos.

Os domicílios escravistas com a presença de maiores de 49 anos, por serem mais abastados, conseguiram agregar mais parentes e dependentes. Contar com essas pessoas certamente foi crucial para o amparo e cuidado dos velhos durante os anos finais da vida. Na ausência de livres, a presença de cativos foi crucial para os domicílios chefiados por pessoas envelhecidas, especialmente quando se tratava das mulheres. Foram elas as que mais estiveram presentes em domicílios com escravos e a contar com apenas uma pessoa livre. A viuvez para as mulheres foi uma condição mais frequente do que para os homens, independente da condição social.

Se por um lado, homens e mulheres velhos casados (ou viúvos), brancos, proprietários de terras e de escravos constituíram um grupo de elite na sociedade local, por outro, a condição de desclassificação social com que eram recenseadas as pessoas velhas de cor, solteiras e menos abastadas fica evidente nas fontes: o sobrenome sequer aparece.

Ainda que nosso foco tenha sido um grupo etário específico da população, é preciso considerar que há uma multiplicidade de experiências individuais e familiares vivenciadas em seu interior. Temos, desde domicílios que contavam com escravos e eram nitidamente abastados, a um simples casebre com uma anciã a ocupá-lo sozinha.